



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E LEGISLAÇÕES CORRELATAS

**PROCESSO ELEITORAL PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTO ANTÔNIO/PB
QUADRIÊNIO 2020 - 2023**

CADERNO DE QUESTÕES

Leia com atenção as instruções abaixo

1. Ao receber este caderno, aguarde a autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 20 (vinte) questões objetivas numeradas sequencialmente de 1 a 20, cada uma com 5 (cinco) alternativas indicadas pelas letras 'A' a 'E', das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão.
2. O cartão de respostas será entregue oportunamente pelos fiscais de sala. Ao recebê-lo, lembre-se de assinar no local indicado.
3. No cartão de respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme exemplo abaixo:
Exemplo: A B C D E
Atenção: A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
4. O tempo total para resolução das provas e preenchimento do cartão de respostas é de 4h (quatro horas). Ao terminar as provas, entregue ao fiscal de sala o caderno de provas, o cartão de respostas e assine a lista de presença.

BOA PROVA!!!



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

QUESTÃO 01

Com base no que dispõe o ECA, Lei 8069/90, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- A. Nos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- B. Adicionalmente é dever apenas da família velar pela dignidade da criança e do adolescente.
- C. Cabe aos pais apenas o dever de sustento dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- D. A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.
- E. Entende-se por família natural apenas a comunidade formada pelos pais.

QUESTÃO 02

De acordo com a lei 8.069/90, assinale a alternativa INCORRETA

- A. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo fruto da lei 8.069 de 13 de julho de 1990
- B. A absoluta prioridade que trata a Lei compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- C. A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- D. É proibida a venda apenas às crianças de alguns produtos prejudiciais a sua formação e sua educação, tais como armas, munições e explosivos, bebidas alcoólicas ou produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- E. A lei estabelece que os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino e os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, bem como os elevados níveis de repetência.

QUESTÃO 03



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

Segundo prevê o ECA –Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão

- A. “permanente e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- B. “permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- C. “temporário e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- D. “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo Poder Público Municipal de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- E. “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”

QUESTÃO 04

Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), uma criança e um adolescente se enquadram nas seguintes faixas etárias:

- A. Criança até 12 anos incompletos; Adolescente entre 12 e 17 anos.
- B. Criança até 12 anos completos; Adolescente entre 12 e 18 anos.
- C. Criança até 12 anos incompletos; Adolescente entre 12 e 18 anos.
- D. Criança até 11 anos incompletos; Adolescente entre 11 e 18 anos.
- E. Criança até 11 anos completos; Adolescente entre 11 e 18 anos.

QUESTÃO 05

A respeito da Lei 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, indique qual alternativa é INCORRETA

- A. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade.
- B. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, não são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- C. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.
- D. O trabalho em contato com produtos inflamáveis ou ocorrendo em ambientes com ruído intenso ou com extensa jornada são alguns dos cenários proibidos por lei para a contratação de jovens menores de 18 anos.
- E. O trabalho deve observar que o adolescente está em processo de formação em todos os aspectos (fisiológicos, psicológicos e sociais).

QUESTÃO 06

A respeito da Lei 8.069 de acordo com o Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, EXCETO:

- A. Advertência.
- B. Obrigação de reparar o dano.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

- C. Prestação de serviços à comunidade.
- D. Prestação de trabalho forçado.
- E. Liberdade assistida.

QUESTÃO 07

Sobre a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, marque a alternativa INCORRETA.

- A. Constituído em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil.
- B. O ECA surgiu para garantir a proteção efetiva de meninas e meninos brasileiros sob os cuidados de uma legislação específica.
- C. O estatuto trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento e também dos órgãos e procedimentos protetivos, como os de adoção, a aplicação de medidas de proteção do Conselho Tutelar e também os crimes cometidos contra crianças e adolescentes.
- D. O ECA é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de assistencialismo e repressão.
- E. O ECA foi inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, que determina que haja prioridade absoluta na proteção da infância e na garantia de seus direitos, não só por parte do Estado, mas também da família e da sociedade.

QUETÃO 08

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 os procedimentos orientados ao Conselho Tutelar quando recebe a notícia da prática de crime contra criança ou adolescente é:

- A. Levar o caso imediatamente ao Ministério Público (cf. art. 136, inciso IV, do ECA), sem prejuízo de se prontificar a aplicar, desde logo, medidas de proteção à criança ou adolescente vítima, bem como realizar um trabalho de orientação aos seus pais ou responsável.
- B. Avaliar acerca da efetiva caracterização ou não do crime
- C. Realizar o trabalho de investigação
- D. Responsabilizar o(os) agressor(es)
- E. Fazer a oitiva dos envolvidos na notícia da prática do crime.

QUESTÃO 09

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em seu art. 4º, indica que "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". A garantia de prioridade, mencionada no artigo, compreende:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

- I. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- III. precedência na destinação dos recursos judiciais e no julgamento dos casos.
- IV. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A. I e II.
- B. I, II e IV.
- C. I, III e IV.
- D. III e IV.
- E. II e III.

QUESTÃO 10

De acordo com a Lei 12.010/09, conhecida como nova lei da adoção, passou a disciplinar o processo de adoção no país, com objetivo de facilitar mais o acesso para quem deseja adotar uma criança. Marque a alternativa INCORRETA:

- A. A nova lei dispõe em seu texto melhorias das garantias ao direito do convívio familiar de todas as crianças e adolescentes
- B. A nova Lei altera a matéria com método mais extensivo quanto à adoção, também fez alterações na lei 8.069/90, mais renomada como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- C. A adoção pode ser feita por aqueles que alcançaram a maioridade, maiores de 18 anos, fica vedada a adoção aqueles que não tenham discernimento para a prática desse ato, os ébrios habituais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo, de acordo com o artigo 1.618 do Código Civil.
- D. Com a vigência da nova lei de Adoção que favoreceu crianças e adolescentes em ter uma família, podendo ser ela, hetero ou homossexual.
- E. A finalidade da nova Lei não é introduzir a homossexualidade e a adoção por casal homoafetivos em um nexo histórico, onde se aplica a lei a casais homoafetivos que adotam ou visam adotar uma criança ou adolescente no País.

QUESTÃO 11

Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência poderão contar com um sistema de garantias nos inquéritos e no curso dos processos. É o que estabelece a Lei Federal nº 13.431/2017 – Lei da Escuta Protegida. De acordo com a Lei da Escuta Protegida marque a alternativa CORRETA

- A. A lei normatiza mecanismos para prevenir a violência contra crianças e adolescentes, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos.
- B. O texto não altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), prevendo dois procedimentos possíveis para ouvir as crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

- C. O texto garante que a vítima ou testemunha será exposta ao contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado ou com outras pessoas que representem ameaça, coação ou constrangimento.
- D. O depoimento da criança e/ou adolescente deve ocorrer em qualquer local, desde que se façam presentes os responsáveis legais.
- E. A intenção da Lei da Escuta Protegida é revitimizar a criança e adolescente.

QUESTÃO 12

De acordo com Lei 13.436, de 12 de abril de 2017 - Garantia do direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. De acordo com a referida Lei, está INCORRETO o que se afirma em:

- A. Esta lei introduziu no artigo 10 do ECA uma responsabilidade adicional para os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares
- B. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- C. Esta Lei garante o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação.
- D. Desta maneira, o art. 10 da Lei nº 8.069/90 passou a ser acrescido de mais um inciso (inc. VI).
- E. A partir desta Lei, não ficou estabelecido dever legal aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, o acompanhamento da prática do processo de amamentação.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 12.594 de 2012, a sigla SINASE significa:

- A. Serviço Interno Nacional de Atendimento Social Especial
- B. Situação Natural de Atenção a Saúde da Educação
- C. Sinônimo Numérico de Análise Socioespacial
- D. Sistema Nacional de Atenção Social aos Excluídos
- E. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

QUESTÃO 14

De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Lei Federal nº 12.594/2012. Marque a alternativa INCORRETA

- A. Seu marco legal é a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como os tratados e convenções internacionais, normatizando como devem atuar as entidades de atendimento aos adolescentes que cometem atos infracionais.
- B. O SINASE é um instrumento jurídico-político e que complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente, em matéria de ato infracional e medidas socioeducativas.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

C. Com efeito, a ação socioeducativa não pode ser genérica, uma vez que deve considerar as peculiaridades do desenvolvimento de cada adolescente.

D. O SINASE estabelece cuidados especiais em relação a saúde mental, principalmente no que se refere ao uso de substâncias como álcool e psicoativos.

E. As medidas socioeducativas não possuem em sua concepção básica uma natureza sancionatória, vez que responsabilizam judicialmente os adolescentes, estabelecendo restrições legais e, sobretudo, uma natureza sócio pedagógica, haja vista que sua execução está condicionada a garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania.

QUESTÃO 15

De acordo com o SINASE, o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, marque a alternativa CORRETA:

A. A prestação de serviços à comunidade pode ser exercida de variadas formas, preferencialmente junto a entidades assistenciais, e não pode ultrapassar o prazo mínimo de 6 meses de duração.

B. A liberdade assistida consiste no acompanhamento do adolescente por pessoa capacitada para tanto. Esta medida possui o prazo máximo de 6 meses e visa impedir que o adolescente pratique novos atos infracionais a partir da orientação exercida por um agente com esta função.

C. A semiliberdade funciona como um regime de transição da medida de internação e autoriza que o adolescente pratique atividades em ambiente externo. Tal medida não possui um prazo específico de duração e deve ser revista a cada 6 meses.

D. A internação é a medida socioeducativa mais grave, por isso considerada excepcional e breve, e conduz o adolescente à custódia em estabelecimento próprio. O prazo mínimo dessa medida é de 3 anos que, assim que concluídos, determinam a imediata colocação do adolescente em liberdade.

E. Independentemente da medida aplicada é sempre possível a remissão (perdão), que pode ser autorizada pelo Ministério Público e Conselho Tutelar, antes de iniciado o processo, ou pelo juiz de direito, quando o processo já estiver em curso.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, em seu Art. 24-B assinale a alternativa INCORRETA:

A. O PAEFI é Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

B. O PAEFI integra a proteção social especial.

C. O PAEFI consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

D. O PAEFI é um serviço ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social-CRAS



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

E. O PAEFI articula os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

QUESTÃO 17

De acordo com a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil, os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social são:

- A. Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.
- B. Proteção Social 1, Proteção Social 2 e Proteção Social 3
- C. Proteção Social Restauradora e Proteção Social Corretiva
- D. Proteção Social Rural e Proteção Social Urbana
- E. Proteção Social de pequeno porte, Proteção Social de médio porte e Proteção Social de grande porte.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Marque a alternativa CORRETA

- A. A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- B. A Lei 8.080/90 instituiu o Sistema Único de Saúde, constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados apenas por órgãos e instituições públicas federais.
- C. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo a iniciativa privada prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- D. A iniciativa privada deverá participar do Sistema Único de Saúde - SUS, em caráter obrigatório.
- E. O sistema de saúde é o conjunto de ações prestadas apenas pela esfera federal! Incluindo a administração direta e a indireta.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei Federal nº 9.394/1996. Marque a alternativa INCORRETA

- A. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 232, de 23 de Abril de 2015.
CNPJ – 09.282.477/0001-81
Riacho de Santo Antonio/PB

alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

B. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

C. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

D. A educação escolar compõe-se da educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e pela educação superior.

E. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

QUESTÃO 20

São princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, exceto:

A. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

B. Igualdade de condições apenas para a permanência na escola

C. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

D. Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

E. Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.